

Pregão Eletrônico

■ Visualização de Recursos, Contrarrazões e Decisões

INTENÇÃO DE RECURSO:

POR SE TRATAR DE SERVIÇO DE ENGENHARIA AS EMPRESAS TEM QUE ESTÁ REGULARIZADAS JUNTO AO CREA E TER RESPONSÁVEL TÉCNICO HABILITADO PARA A EXCURSÃO DOS SERVIÇOS, A EMPRESA PLANALTO TECNOLOGIA LTDA. DEIXOU DE COMPROVAR SUA HABILITAÇÃO E APRESENTOU PROPOSTA COM VALORES UNITÁRIO MUITO ACIMA DO ESTIMADO E TRABALHISTA COM RESTRIÇÃO

Fechar

Pregão Eletrônico

■ Visualização de Recursos, Contrarrazões e Decisões

RECURSO :

RECURSO:

ILUSTRÍSSIMO SENHOR PREGOEIRO DA SUPERINTENDÊNCIA ESTADUAL DE COMPRAS E LICITAÇÕES.

RECURSO ADMINISTRATIVO

PREGÃO ELETRÔNICO Nº 138/2021

A. DA SILVA CORREA – ME, empresa estabelecida Boa Vista - RR, na Av. São Sebastião, n 744 CNPJ sob o n.º 17.845.194/0001-29, na cidade de Boa Vista, estado de Roraima, por seu representante legal infra assinado, tempestivamente, vem, com fulcro na Lei nº 10.520/02 e demais legislações pertinentes, apresentar RECURSO contra aceitação de proposta pelo pregoeiro no Pregão Eletrônico nº 138/2021, referente ao não atendimento das especificações do termo de referência e edital na proposta declarada vencedora, pelos fatos e fundamentos abaixo relacionados.

1-DA TEMPESTIVIDADE

Dispõe o artigo 4º, inciso XVIII, da Lei 10.520/2002 que é concedido aos licitantes o prazo de três dias para apresentação das razões do recurso, ficando os demais licitantes desde logo intimados para apresentar contrarrazões em igual número de dias, que começarão a correr do término do prazo do recorrente, sendo-lhes assegurada vista imediata dos autos.

Ficando estabelecido o prazo para interposição do recurso até 10/05/2021, considerando ser dias 05 dias não úteis, prazo este respeitado. Devidamente comprovada a tempestividade do prazo, requer o recebimento dela para seu devido processamento e apreciação legal.

2- RELATÓRIO SUCINTO DOS FATOS

Trata-se de licitação pública na modalidade pregão eletrônico, para contratação de serviços de MANUTENÇÃO DE EQUIPAMENTOS DE REFRIGERAÇÃO, tipo menor preço, conforme consta do chamamento público Edital 138/2021.

A abertura deste pregão se deu às 9 horas do dia 04/05/2021. O pregoeiro declarou a licitante PLANALTO TECNOLOGIA LTDA, vencedora do certame por ter oferecido o menor preço. Quando da declaração do licitante vencedor, o sistema automaticamente abriu o prazo editalício para manifestação das intenções recursais, prazo esse cumprido pela recorrente, sob as alegações abaixo.

3-INTENÇÃO DE RECURSO

POR SE TRATAR DE SERVIÇO DE ENGENHARIA AS EMPRESAS TEM QUE ESTAR REGULARIZADAS JUNTO AO CREA E TER RESPONSÁVEL TÉCNICO HABILITADO PARA A EXCURSÃO DOS SERVIÇOS, A EMPRESA PLANALTO TECNOLOGIA LTDA. DEIXOU DE COMPROVAR SUA HABILITAÇÃO E APRESENTOU PROPOSTA COM VALORES UNITÁRIO MUITO ACIMA DO ESTIMADO E TRABALHISTA COM RESTRIÇÃO

4- RAZÕES RECURSAL A. DA SILVA CORREA – ME:

A RECORRENTE ao analisar a documentação enviada pela RECORRIDA verificou que alguns itens do edital não foram atendidos na sua totalidade, ferindo o princípio da vinculação ao edital exigido pela lei de licitações.

Considerando a Habilitação Jurídica exigida no instrumento convocatório, os documentos que deveriam ser enviados não foram, como passaremos a demonstrar.

Conforme textos retirados do edital, temos:

11 – DA ACEITAÇÃO DA PROPOSTA DE PREÇOS

11.5. PARA ACEITAÇÃO DO VALOR DE MENOR LANCE, O(A) PREGOEIRO(A) E EQUIPE DE APOIO ANALISARÁ A CONFORMIDADE DO OBJETO PROPOSTO COM O SOLICITADO NO EDITAL. PARA TANTO, APÓS A FASE DE LANCES, O(A) PREGOEIRO(A), ANTES DA ACEITAÇÃO DO ITEM, CONVOCARÁ TODAS AS LICITANTES, QUE ESTEJAM DENTRO DO VALOR ESTIMADO PARA CONTRATAÇÃO, NO PRAZO MÁXIMO DE 120 (CENTO E VINTE) MINUTOS, SE OUTRO PRAZO NÃO FOR FIXADO, PARA ENVIAR: SUPERINTENDÊNCIA ESTADUAL DE LICITAÇÕES - SUPEL/RO EQUIPE DE LICITAÇÃO ZETA AVENIDA FARQUAR, 2986, PALÁCIO RIO MADEIRA, EDIFÍCIO RIO PACAÁS NOVOS SEGUNDO ANDAR, BAIRRO PEDRINHAS -TEL.: (69) 3212-9267 CEP.: 76.820-408 - PORTO VELHO – RO JADER C BERNARDO DE OLIVEIRA PREGOEIRO (A) SUPEL-RO MAT. 300130075

11.5.1. APROPOSTA DE PREÇOS, COM O VALOR DEVIDAMENTE ATUALIZADO DO LANCE OFERTADO COM A ESPECIFICAÇÃO COMPLETA DO OBJETO, CONTENDO MARCA/MODELO/FABRICANTE, SOB PENA DE DESCLASSIFICAÇÃO, EM CASO DE DESCUMPRIMENTO DAS EXIGÊNCIAS E DO PRAZO ESTIPULADO; 11.5.2. O PROSPECTO/FOLDER/CATÁLOGO/ ENCARTES/FOLHETOS TÉCNICOS EM PORTUGUÊS OU LINKS OFICIAIS QUE O

DISPONIBILIZEM, ONDE CONSTEM AS ESPECIFICAÇÕES TÉCNICAS E A CARACTERIZAÇÃO DOS MESMOS, PERMITINDO A CONSISTENTE AVALIAÇÃO DOS ITENS.

11.5.3. O ENVIO DA PROPOSTA DE PREÇOS, SOLICITADA NO SUBITEM 11.5, DEVERÁ SER ANEXADA CORRETAMENTE NO SISTEMA COMPRASNET, SENDO A MESMA COMPACTADA EM 01 (UM) ÚNICO ARQUIVO (EXCEL, WORD, ZIP, DOC, DOCX, .JPG OU PDF), TENDO EM VISTA QUE O CAMPO DE INSERÇÃO É ÚNICO; A SUPEL CUMPRIRÁ RIGOROSAMENTE O ART. 7º DA LEI Nº. 10.520/02. 11.5.3.1.CASO

A RECORRIDA APRESENTOU PROPOSTA EM TOTAL DESACORDO COM O EDITAL, DESDE A PRIMEIRA CONVOCAÇÃO APRESENTOU SUA PROPOSTA COM VÁRIOS ERROS NA PRIMEIRA APRESENTOU A PROPOSTA INICIAL E AS DEMAIS COM VALORES UNITÁRIOS MUITO ACIMA DO ESTIMADO PARA OS ITENS 01,02,03,04,05, 06, 07, 08, 10, 11,12, 13, 14, 16,17,18, 20, 21, 22, 23, 24, 26, 27, 29,30,34, 35, 36, 37, 38, 39, 40, 41, 42, 43,44,45, 46, 47, 48, 49, 50, 51, 52, 53 e 54

POR SE TRATAR DE SERVIÇO DE ENGENHARIA AS EMPRESAS TEM QUE ESTAR REGULARIZADAS JUNTO AO CREA E TER RESPONSÁVEL TÉCNICO HABILITADO PARA A EXCURSÃO DOS SERVIÇOS A RECORRIDA NÃO APRESENTOU CERTIDÃO DO CREA, PESSOA FÍSICA E JURÍDICA.

5 - DA FUNDAMENTAÇÃO JURÍDICA PARA A DESCLASSIFICAÇÃO DA PROPOSTA DA EMPRESA PLANALTO TECNOLOGIA LTDA DO PRESENTE CERTAME

Vê-se, portanto, que a documentação da empresa PLANALTO TECNOLOGIA LTDA, foi apresentada em evidente desacordo com as prescrições editalícia. Assim sendo, resta evidente que a proposta da empresa PLANALTO TECNOLOGIA LTDA, merece sofrer obrigatória desclassificação no presente certame face ao claro descumprimento da mesma às exigências do edital norteador desta licitação, sob pena de violação inquestionável aos princípios da vinculação ao edital e do julgamento objetivo, sob os quais deve pautar-se todo e qualquer procedimento licitatório.

Assim, utilizar-se de outros critérios ou modificar os já existentes implicaria em integral afronta ao imperioso princípio do julgamento objetivo.

SENDO ASSIM A EMPRESA PLANALTO TECNOLOGIA LTDA, DEVE SER DESCLASSIFICADA.

Vejamos, então, o que diz Toshio Mukai, in O Novo Estatuto Jurídico das Licitações e Contratos Administrativos, p.22:

"o princípio do julgamento objetivo exige que os critérios de apreciação venham prefixados, de modo objetivo, no instrumento convocatório, de tal modo que a comissão de julgamento reduza ao mínimo possível seu subjetivismo."

Nesse mesmo diapasão, vejamos o entendimento de Roberto Ribeiro Bazzili e Sandra Julien Miranda, in Licitação à Luz do Direito Positivo, p.56, ao dissertar sobre o julgamento objetivo nas licitações:

"Finalmente, para a plena efetivação do princípio em comento o julgamento deve ser realizado com observância dos fatores exclusivamente previstos no ato convocatório. Não basta, pois, a fixação do critério de julgamento; é preciso, ainda, que sejam previstos os fatores que serão considerados no julgamento, ajustados aos fins almejados pela Administração Pública. Na atual Lei 8.666, de 1993, estes não estão elencados, devendo, pois, ser fixados no ato convocatório. Contudo, uma vez estipulados no ato convocatório, o julgamento dar-se-á unicamente de acordo com eles."

Como visto, o julgamento não pode dissociar-se, em momento algum, dos critérios objetivos estabelecidos no edital, sob pena de desviar-se do julgamento objetivo. Ora, o que almeja a empresa ora recorrente é que este ilustre Pregoeiro realize julgamento em conformidade com os ditames editalícios, ou seja, requer a recorrente que este ilustre Pregoeiro venha basear sua decisão de acordo com os preceitos e condições constantes no ato convocatório desta licitação.

É neste tocante que incide precisamente o princípio da vinculação ao edital, o qual deve nortear todo e qualquer procedimento licitatório, conforme preconiza o art 3º da Lei de Licitações. Os mesmos princípios foram contemplados no art. 5º do Decreto nº. 5.450, de 31 de maio de 2005, que aprovou o regulamento federal para a modalidade de licitação denominada Pregão na forma Eletrônica, como se vê in verbis:

"Art. 5º A licitação na modalidade de pregão é condicionada aos princípios básicos da legalidade, impessoalidade, moralidade, igualdade, publicidade, eficiência, probidade administrativa, vinculação ao instrumento convocatório e do julgamento objetivo, bem como aos princípios correlatos da razoabilidade, competitividade e proporcionalidade."

MARÇAL JUSTEN FILHO, ao comentar no seu livro PREGÃO (Comentários à legislação do pregão comum e eletrônico), 4. ed. São Paulo: Dialética, 2005, p. 54/55, sobre "O problema do julgamento objetivo e da vinculação ao ato convocatório" foi enfático ao afirmar que tais princípios atestam a incompatibilidade de atos discricionários dos Pregoeiros nos julgamentos das propostas, como se vê abaixo:

"No entanto, não deixa de ser interessante a explícita alusão à ausência de discricionariedade da autoridade administrativa na condução e encaminhamento da licitação processada sob modalidade de pregão. Reitera-se, a propósito do pregão, um princípio consagrado na Lei nº. 8.666, acerca da ausência de autonomia da autoridade julgadora. Essa regra assume especial relevância em vista da tendência a atribuir ao Pregoeiro poderes discricionários incompatíveis com os princípios aludidos. O próprio regulamento federal acaba por induzir o intérprete a supor o cabimento de o pregoeiro valer-se de um certo bom senso como critério decisório. Essa alternativa é incompatível com a Lei nº. 10.520 e com o próprio regulamento federal. O próprio art. 4º do regulamento federal enuncia a vedação à possibilidade de seleção de propostas ou imposição de soluções derivadas de "prudente arbítrio" do pregoeiro. Destaque-se, ademais, que nem seria cabível consagrar alternativa através da via regulamentar. Se a Lei não consagrou solução tutelando escolhas subjetivas do pregoeiro, seria inviável um simples decreto optar por inovação normativa dessa ordem. Portanto, o regulamento federal, no art. 4º reitera pura e simplesmente a alternativa legislativa consagrada – como não poderia deixar de o ser."

Assim, por esses princípios, a Administração Pública (por meio do Pregoeiro e da Comissão de Licitação) e participantes do certame devem pautar as suas ações pelos termos do instrumento convocatório, ou seja, não podem agir, sob pena de violação à legislação vigente, nem além nem aquém do estabelecido no ato convocatório.

Aliás, uma faceta desse princípio encontra-se prevista no art. 41 da Lei de Licitações, ao prever que a Administração não pode deixar de atender às normas e condições do edital, posto achar-se plenamente vinculada ao mesmo. Vejamos:

"Art 41. A Administração não pode descumprir as normas e condições do edital, ao qual se acha estritamente vinculada"

CELSO ANTÔNIO BANDEIRA DE MELO, em seu festejado Curso de Direito Administrativo, São Paulo: Malheiros, 1999, p. 379, ratifica in totum esse posicionamento legal, ao asseverar que:

" O princípio da vinculação ao instrumento convocatório obriga a Administração a respeitar estritamente as regras que haja previamente estabelecido para disciplinar o certame".

Nessa linha de raciocínio, admitir que a Administração não se obrigue a cumprir com o que está explicitamente disposto no edital, significa, em outras palavras, desrespeitar ou fulminar claramente com o princípio da vinculação ao instrumento convocatório.

A propósito, qualquer valoração, além do expressamente disposto no edital, importará na maculação ao referenciado princípio do julgamento objetivo, atribuindo-lhe conotação flagrantemente subjetiva.

Acerca deste tema, ao dissertar sobre o julgamento em sede de licitação, ROBERTO RIBEIRO BAZILLI e SANDRA JULIEN MIRANDA, in Licitação à Luz do Direito Positivo, Malheiros, São Paulo, 1999,p.55, ensinam:

" O estatuto licitatório consagra expressamente o conteúdo desse princípio. O julgamento deve ser efetivado de acordo com o tipo de licitação escolhido, os critérios previamente estabelecidos no ato convocatório e os fatores exclusivamente nele fixados (arts. 43, V, 44 e 45)".

Para arrematar, vejamos o que ensina o mestre administrativista HELY LOPES MEIRELES ao dissertar sobre o edital, in Direito Administrativo Brasileiro, p.102:

"vincula inteiramente a Administração e os proponentes às suas cláusulas. Nada se pode exigir ou decidir além ou aquém do edital, por que ele é a lei interna da Concorrência ou tomada de preços"

Assim sendo, conforme a farta demonstração acima delineada, torna-se imperiosa a desclassificação da empresa PLANALTO TECNOLOGIA LTDA, no presente certame, face a comprovação do não atendimento aos termos do edital, sob pena de violação aos referenciados princípios da vinculação ao edital e do julgamento objetivo.

6- DOS REQUERIMENTOS

Diante do exposto, requer que esse ilustre Pregoeiro se digne:

a) julgar procedente o presente recurso, para o fim de DESCLASSIFICAR no vertente certame a empresa PLANALTO TECNOLOGIA LTDA, pelos motivos acima aduzidos;

b) caso resolva não acatar o pedido acima formulado, o que não espera essa recorrente, se digne encaminhar as presentes razões de recurso à autoridade superior competente.

Termos em que
Aguarda e pede deferimento.

Boa Vista/RR, 10 de maio de 2021.

Atenciosamente,

A. DA SILVA CORREA – ME
Alberto da Silva Corrêa

Fechar